



Seminário “Economia informal e inclusão social de públicos desfavorecidos”

Porto

29 de Abril de 2014



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

O Projecto

O Seminário enquadra-se no Projecto “*A Economia informal em Portugal: o seu papel na inclusão social de públicos desfavorecidos*”, no âmbito do *Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu (POAT/FSE – Projeto nº. 000552402012)*, promovido pela EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, com a consultoria do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF).

Objetivo geral

Realização de um estudo para perceber a importância da economia informal na inclusão social e integração profissional de pessoas que, de outra forma, se encontrariam afastadas do mercado de trabalho.

Enquadramento Teórico

O estudo inicia-se com a exploração das questões inerentes à atual conjuntura económica nacional, tendo em conta o impacto ao nível:

- a) do mercado de trabalho;
- b) do crescimento do desemprego;
- c) das prestações sociais;
- d) da evolução da pobreza e da exclusão social a nível nacional;
- e) da economia informal perspetivada enquanto reação ao atual contexto.

Atendeu-se ainda à articulação entre o contexto nacional e o europeu, através da abordagem da Estratégia Europeia da Inclusão Ativa e dos objetivos da Europa 2020.

Conceitos

Conceito de **Economia Não Registada (ENR)**: as suas causas, as consequências e os métodos existentes para a sua estimação;

Conceito de **economia informal**, o qual é definido da seguinte forma:

Conceitos

“Na economia informal ou setor informal, considera-se a produção de bens e serviços legais levado a cabo por pequenas unidades sem um processo organizativo definido ou clara divisão entre os fatores de produção, nomeadamente o trabalho e o capital. O centro nevrálgico deste tipo de atividades passa pela obtenção de emprego e rendimentos suficientes para os indivíduos envolvidos.

Assim, é possível afirmar-se que a fuga a quaisquer legislação laboral, impostos ou outras contribuições não é deliberada, o que permite um distanciamento relativo ao conceito de economia subterrânea. Curiosamente, estas atividades são passíveis de serem observadas por qualquer cidadão, já que estas tendem a estar presentes na agricultura, em pequenos comerciantes, trabalhadores domésticos, entre outros.”

Conceitos

A nível conceptual a economia informal distingue-se de:

- ***Economia Subterrânea*** (oculta ou subdeclarada), que, por definição, corresponde ao produto que se furta à contabilização por razões predominantemente fiscais;
- ***Economia Illegal***; i.e., o produto que não é contabilizado porque resulta de actividades ilegais, pelos seus fins ou pelos meios utilizados;
- ***Autoconsumo***, o qual engloba toda a produção de bens e serviços cujo objectivo último é o consumo dos mesmos pelo próprio produtor.

Conceitos



Relações com conceitos relevantes, nomeadamente:

A diferenciação conceptual entre **trabalho não declarado** e **trabalho informal**;

A abordagem do fenómeno da economia informal remete para a **relevância da proteção social**, estabelecendo desta forma a **ponte para o conceito de inclusão social**.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

www.eapn.pt

Conceitos

Definindo a **inclusão social** como o processo que visa assegurar as oportunidades e os recursos necessários para uma participação plena na vida económica, social e política de todos os indivíduos, aborda-se o conceito mediante a introdução do conceito de **integração**.

Estabelece-se também a relação com o conceito de **exclusão social**, associado à questão da centralidade do trabalho/emprego e ao fenómeno do desemprego; introduz-se assim a questão da vulnerabilidade, mediante a utilização da tipologia de categorias sociais desfavorecidas.

Neste contexto, note-se que a dimensão trabalho se posiciona como uma primeira intersecção entre conceitos centrais.

Questões chave resultantes



- a) As atividades da economia informal relacionam-se com desemprego de longa duração, com dificuldades no acesso ao emprego das pessoas em situação de vulnerabilidade social e com a existência de trajetórias laborais informais ao nível da família.
- b) Os obstáculos à formalização das atividades da economia informal decorrem de fatores extrínsecos, relacionados, designadamente, as cargas fiscal e de regulação (barreiras à entrada).
- c) Ao contribuírem para incrementar o rendimento disponível dos indivíduos e das famílias, as atividades de economia informal contribuem para a melhoria das condições de vida e potenciam uma maior capacidade de inclusão dos públicos mais desfavorecidos.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

www.eapn.pt

Metodologia e técnicas

A realização do estudo privilegiou a utilização de uma metodologia **qualitativa**;

36 entrevistas em profundidade a pessoas em situação de vulnerabilidade e que se encontram a desenvolver trabalho no âmbito da economia informal;

6 *focus groups* com representantes de instituições (públicas e privadas) que, de variadas formas, se relacionam com a temática central deste estudo.

Entrevistados

36 indivíduos, predominantemente do sexo masculino (21), com idades entre 22 e 65 anos

Grupos etários mais representados: “35-44 anos” (17 indivíduos) e “45-54 anos” (9 indivíduos)

Mediana de idades: 43 anos.

Nacionalidade e naturalidade maioritariamente portuguesa (33 e 29, respetivamente)

Agregados domésticos

Dimensão	N
1 elemento	5
2 elementos	7
3 elementos	9
4 elementos	10
5 ou mais elementos	5

Composição mais frequente: casais com filhos (21 agregados); ressalva-se ainda o número de agregados monoparentais (5)

Em 17 agregados domésticos não existem crianças ou jovens com idade inferior a 18 anos

Entidades que participaram nos Laboratórios de Experiência



Associação Nacional de Direito ao Crédito

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Autoridade para as Condições do Trabalho

Autoridade Tributária e Aduaneira

CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

Confederação dos Agricultores de Portugal

Confederação Empresarial de Portugal

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (rep. pela UDIPSS Porto)

Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social

Federação Portuguesa de Artes e Ofícios

Guarda Nacional Republicana

Instituto da Segurança Social

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Polícia de Segurança Pública

União Geral de Trabalhadores



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Conclusões relativas a:

1. Economia informal, emprego e desemprego
2. Obstáculos à formalização
3. Contributo do rendimento para a melhoria das condições de vida
4. Questões evidenciadas pela economia informal
5. Considerações finais

1. Economia informal, emprego e o desemprego

A economia informal surge como resposta a problemas no emprego; ou seja, como resposta à precariedade, ao subemprego, aos baixos salários e à discriminação (por idade, saúde, orientação sexual, género, etc.).

A economia informal surge como resposta ao desemprego: (i) de longa e muito longa duração, (ii) aos limites da proteção social, e (iii) aos obstáculos à (re)inserção no mercado de trabalho (idade, baixa escolaridade, desqualificação, saúde).

1. Economia informal, emprego e o desemprego

As “carreiras no informal”: inserção não concretizada, “naturalização”, reação à insegurança no emprego.

As “carreiras no informal” e o desinvestimento a médio/longo prazo.

O emprego como referência primordial – rendimento estável, segurança no emprego e proteção social – para as atuais e futuras gerações

2. Obstáculos à formalização

A carga fiscal e contributiva.

A irregularidade do trabalho informal.

A inadequação do nível inicial de exigência à natureza e escala das atividades (trabalhadores isolados, com baixo nível de capital e de tecnologia).

Posicionamento face à proteção social, com dúvidas quanto à proteção no desemprego, na saúde e na reforma.

2. Obstáculos à formalização

Vias associadas à formalização:

- a) Transformação das atividades em trabalho por conta de outrem
- b) A agregação de necessidades e o papel das entidades intermédias
- c) A criação do próprio emprego, centrada na especificidade dos percursos e das iniciativas a criar (capacidade de trabalho e competências disponíveis, adequação dos regulamentos em função da escala, etc.)

A formalização passa pela relação entre riscos e retornos; ou seja, passa pelo confronto entre o risco (grande) e o retorno por operar na economia informal vs o risco (nulo) e o retorno por operar na economia formal

3. Contributo do rendimento para a melhoria das condições de vida

Precariedade, subemprego, baixos salários, discriminação, desemprego de longa e muito longa duração, limites da proteção social e obstáculos à (re)inserção no mercado de trabalho (idade, baixa escolaridade, desqualificação, saúde) geram economia informal

A economia informal e as redes de sociabilidade (entreaajuda) - família e comunidade como elementos cruciais de apoio

As dinâmicas familiares – a restrição do tempo livre, a necessidade de conter custos e a gestão da exposição aos problemas

O contributo para o rendimento e as possibilidades de escolha

As estratégias de restrição/contenção das despesas

4. Questões evidenciadas pela economia informal

Ao nível da proteção social

A inadequação das políticas sociais na perspetiva dos rendimentos

A inadequação das políticas sociais em função do ciclo de vida (custos com educação e saúde, por exemplo)

A inadequação das políticas sociais em função da sua complementaridade

A evolução da proteção social e as perceções dos praticantes da economia informal

4. Questões evidenciadas pela economia informal



Ao nível do emprego

A precariedade e a economia informal – a segurança como elemento fundamental

O mau emprego (baixos salários, subemprego) e a economia informal – a importância da qualidade do emprego



POAT FSE: Gerir, Conhecer e Intervir



GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

www.eapn.pt

5. Considerações finais

A economia informal como reação

Inclusão social dos públicos desfavorecidos está fortemente condicionada pela ausência de acesso ao emprego e à proteção social.

Nesse contexto, a Economia informal surge como fator de atenuação da pobreza e da exclusão social - impactos positivos associados a um exercício regular de atividades no âmbito da economia informal, a nível económico, social ou psicológico.

5. Considerações finais

A economia informal como reação

A primazia do emprego e da proteção social nas expectativas futuras.

A diferença entre a economia informal enquanto reação às adversidades (mau emprego) e a economia informal enquanto resultado de fatores de exclusão associados ao mercado de trabalho (desemprego).

5. Considerações finais

A economia informal como reação

Assim, a redução da economia informal requer:

(i) por um lado, emprego de qualidade, carreiras contributivas mais estáveis, acesso à proteção social e possibilidade de evolução profissional;

(ii) por outro lado, resposta rápida ao desemprego, no sentido da requalificação dos indivíduos e/ou a sua reinserção no mercado de trabalho

5. Considerações finais

A economia informal como transição

As especificidades da economia informal enquanto componente da ENR: menos gravosa, contribui para atenuar as dificuldades;

Importância relativa da economia informal quando comparada com componentes mais gravosas – as estratégias desenhadas para o combate à ENR podem não se adequar totalmente à economia informal;

Associação da economia informal aos contextos iniciais das atividades passíveis de formalização.

5. Considerações finais



A economia informal como transição para a formal depende dos seguintes fatores críticos:

- (i) Das particularidades dos indivíduos e dos seus trajetos;
- (ii) Da natureza e da escala das atividades desenvolvidas;
- (iii) Do acesso à informação de qualidade, que permita objetivar o seu conhecimento sobre os riscos e evidenciar os benefícios da formalização;
- (iv) Dos custos associados aos processos de formalização;
- (v) Dos apoios à identificação e aquisição das competências necessárias ao futuro exercício em contexto formal.



5. Considerações finais

Cont.

(vi) A operação das iniciativas ou empresas a criar – a ausência de divisão capital/trabalho e a efetiva capacidade de cumprimento das exigências associadas à formalidade;

(vii) A adequação da carga fiscal e das obrigações contributivas à incerteza dos rendimentos;

(viii) adequação da regulamentação e dos custos de operação no contexto específico das atividades (natureza e escala);

(ix) simplificação do seu cumprimento.

Em suma, **do balanceamento entre risco e retorno**

5. Considerações finais

A economia informal como transição

O papel do Estado e das suas instituições;

O papel de organizações ao nível sectorial, por forma a incorporar a natureza específica das atividades;

O papel de organizações ao nível local, por forma a incorporar as dinâmicas territoriais associadas.

5. Considerações finais

A economia informal como transição

Uma abordagem articulada do fenómeno da economia informal deverá perceber com clareza as dinâmicas subjacentes;

Uma abordagem específica justifica-se pela necessidade de assegurar a inclusão no mercado de trabalho daqueles que a praticam.

Obrigado pela vossa atenção



EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
Rua de Costa Cabral, 2368 | 4200-218 Porto
Telf: 225420800 Fax. 225403250
e.mail: geral@eapn.pt

Aveiro . Beja . Braga . Bragança . Castelo Branco . Coimbra . Évora . Faro . Guarda .
Leiria . Lisboa . Portalegre . Porto . Santarém . Setúbal . Viana do Castelo . Vila Real .
Viseu

www.eapn.pt